



# Periferias (in)visíveis: o território-vivo da Brasilândia na perspectiva de jovens moradores

(In)visible outskirts: the live- territory  
of Brasilândia from the perspective  
of young residents

Periferias (in)visibles: el territorio-vivo  
de la Brasilândia desde la perspectiva  
de jóvenes residentes

Beatriz Akemi Takeiti\*

Maria Cristina Gonçalves Vicentin\*\*

## Resumo

*Este trabalho apresenta uma perspectiva histórica do território da Brasilândia a partir de narrativas de seus jovens. Pretende refletir sobre os modos de existência destes jovens construídos neste território, especialmente daqueles que se forjam pela invenção de práticas culturais na periferia. Através das incursões etnográficas, utilizaram-se fragmentos de histórias de vida de dois jovens da periferia da zona norte da cidade de São Paulo engajados em coletivos culturais – sarau de literatura marginal e produção audiovisual. As narrativas juvenis apontam como a periferia foi se constituindo à margem do centro da cidade e tem se configurado como um território-vivo, contribuindo para a construção dos territórios existenciais desses jovens. Esta territorialização é a marca que opera certo posicionamento juvenil, como se o estigma de ser jovem, negro e pobre desse lugar ao emblema, ao orgulho de ser da periferia.*

**Palavras-chave:** Jovem; Vulnerabilidade social; Narrativa.

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ - Rio de Janeiro, RJ, Brasil

\*\*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP - São Paulo, Brasil

**Contribuição dos autores:** BAT concepção do texto, organização, redação e revisão. MCGV concepção do texto, orientação e revisão.

**E-mail para correspondência:** Beatriz Akemi Takeiti - biatakeiti@gmail.com

**Recebido:** 23/09/2016

**Aprovado:** 23/01/2017



## Abstract

*This paper discusses a historical perspective of the territory of Brasilândia from the narratives of its youngsters. It intended to reflect the ways of existence of this young people constructed from territories, especially those that are forged by the invention of cultural practices in the ghettos. Through ethnographic forays into the territory, were used fragments of stories of the life of two youngsters from the north zone of the city of São Paulo engaged in cultural actions - of marginal literature soiree and audiovisual production. The juvenile narratives point out how the periphery constituted itself at the edge of the center of the city and has been configured as a living territory, and contributed to the construction of the existential territories of these young people. This spatial distribution is the brand that operates a certain youthful positioning, as if the young stigma, black and poor that place the emblem, the pride of being the periphery.*

**Keywords:** *Young; Social vulnerability; Narratives.*

## Resumen

*Este trabajo presenta una perspectiva histórica del territorio de la Brasilândia a partir de las narrativas de sus jóvenes. Se pretende reflejar sobre los modos de existencia de los jóvenes que se constroen en este territorio, especialmente aquellos que se forjan por la invención de prácticas culturales en la periferia. A través de incursiones etnográficas, se utilizó fragmentos de historias de vida de dos jóvenes de la zona norte de la ciudad de São Paulo que se dedican a grupos culturales – sarau de literatura marginal y producción audiovisual. Los relatos de los jóvenes muestran como la periferia se fue constituyendo al margen del centro de la ciudad, pasando a configurarse como un territorio vivo, contribuyendo a la construcción de los territorios existenciales de estos jóvenes. Esta territorialización es la marca que opera un determinado posicionamiento juvenil, como si el estigma de ser joven, negro y pobre fuese sustituido por el emblema, el orgullo de ser de la periferia.*

**Palabras clave:** *Jóvenes; Vulnerabilidad social; Narrativa.*

## Introdução

Este texto apresenta uma perspectiva histórica da constituição do território da Brasilândia, na perspectiva de jovens engajados em movimentos culturais, como o *Sarau Poesia na Brasa* e o *Cinescadão*, no Jardim Peri. O engajamento dos jovens nestes movimentos culturais e a análise que fazem do território nos permitirá entrever o que Milton Santos<sup>1</sup>, importante geógrafo brasileiro do século XX, chama de *território-vivo*, sugerindo que a compreensão do território só se torna possível quando o consideramos a partir de seu uso e quando é pensado junto com os atores que o constroem: *o lugar geográfico é também o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias*<sup>1</sup>.

Embora São Paulo seja o epicentro econômico do Brasil, lócus de desenvolvimento e expansão urbana, guarda em si alguns dos contrastes mais agudos de uma metrópole que se reconhece pelas estatísticas de violência, desemprego ou subem-

prego e aumento da “favelização”. Na década de 2000, a cidade contava com expressivo número de pessoas vivendo em favelas. Segundo o Censo do IBGE<sup>2</sup> há 6.329 ocupações irregulares por todo o Brasil onde vivem, em favelas ou palafitas, quase doze milhões de pessoas. Segundo o mesmo censo, a região sudeste concentra a maior parte desta população vivendo em domicílios irregulares. No caso do município de São Paulo, por exemplo, enquanto no Itaim Bibi, bairro de extrato social médio e alto, a densidade demográfica diminuiu de 116 mil hab/km<sup>2</sup> para 81 mil hab/km<sup>2</sup>, no Capão Redondo, bairro periférico, aumentou de 140 mil hab/km<sup>2</sup> para 200 mil hab/km<sup>2</sup>. Ainda, existem na cidade de São Paulo, 892.245 domicílios para uma população estimada de 3.448.233 pessoas, sendo quase três milhões vivendo em favelas e loteamentos irregulares.

Em relação à situação de vulnerabilidade da população de jovens da Brasilândia, esta apresenta índices altíssimos se comparados a outros territórios da cidade. Segundo o Índice de Vulnerabilidade

Juvenil (IVJ) de 2010, a Brasilândia apresenta 72 pontos na escala que varia de 0 a 100 pontos. Isso a coloca no grupo 5, o de maior vulnerabilidade juvenil do município de São Paulo, localizados os distritos com mais de 65 pontos. Ser jovem, do sexo masculino, com idade entre 15 a 19 anos no território da Brasilândia denota o risco de ser assassinado: foram 354,6 mortes para cada 100 mil habitantes em 2010<sup>3</sup>.

Extremamente populosa e povoada por migrantes que aqui vieram em busca de trabalho e melhores condições de vida, o distrito da Vila Brasilândia ou a “Brasa”, como é afetuosamente chamada por muitos de seus moradores, deixando entrever que se trata de território “quente”, guarda muitas histórias de luta e, também, de muita inventividade.

Este texto é parte de pesquisa de doutorado defendida em 2014, que objetivou trabalhar por meio de história oral, transcrita em narrativas, os processos de subjetivação dos jovens em territórios de vulnerabilização. A pesquisa se realizou na Vila Brasilândia tendo em vista o compromisso assumido desde 2008 pela PUC/SP (cursos de Fonoaudiologia, Psicologia e Serviço Social) com a Supervisão Técnica de Saúde da Freguesia do Ó/Brasilândia, como parte do Programa de Reorientação Profissional em Saúde do Ministério da Saúde (PROSAÚDE), que intensificou o processo de integração ensino-serviço. Além dos processos de ensino e extensão, o diálogo das linhas e projetos de pesquisa de Pós-Graduação com as demandas e necessidades daquele território foi um objetivo deste Programa. No recorte aqui proposto, fragmentos das narrativas de jovens são utilizados em dois planos: no primeiro, para contar a constituição do distrito a partir de suas histórias familiares; no segundo, para evidenciar os modos singulares de apropriação do território na forma de ações estético-políticas nas quais a vida na periferia ganha força de expressão micropolítica e modo de existência singular.

## Método

Em 2012, como parte do trabalho de doutoramento realizado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, PUC/SP, acompanhamos sete sujeitos engajados em distintos coletivos culturais – sarau de literatura marginal, movimento hip hop e produção audiovisual – nos

distritos da Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da cidade de São Paulo. Foi por meio da escrita diarística, de entrevistas em história oral e de experimentações etnográficas<sup>4-5</sup> que desenvolvemos metodologicamente este trabalho. Destes sete jovens, com três foi possível desenvolver, além das entrevistas, o acompanhamento *in locu* no território de origem. Destes três, dois relatos destes jovens serão utilizados no presente texto. Privilegiou-se, com os jovens colaboradores, a aproximação às experiências juvenis no contexto da periferia, buscando trabalhar com as memórias e narrativas dos interlocutores, na perspectiva da história oral<sup>6-7</sup>, que permite apreender os fenômenos sociais engendrados na história. Buscamos conhecer e convidar jovens que estivessem desenvolvendo ações culturais mais autônomas, autogestionárias, desvinculadas, neste momento, das ações propostas por organizações não governamentais. Após a transcrição, textualização e transcrição das entrevistas, as falas foram organizadas em categorias temáticas. Para este texto foram escolhidas as categorias relativas ao território e à vida na periferia.

### *Contextos e contrastes: a cidade por seus jovens moradores*

Jorge, ao dar início a sua narrativa, esclarece a pesquisadora sobre este território chamado Brasilândia.

“Entre as Avenidas Inajar de Souza, Imirim e Deputado Emilio Carlos vou em direção à Praça Largo do Japonês, coração do distrito da Cachoeirinha, região central da zona norte e local onde eu, Jorge, combino de me encontrar com a pesquisadora. Você sabe exatamente onde está? Não? Então vou te explicar” (Jorge).

E parte então da imagem fotográfica, reproduzida acima, para dizer sobre o seu território. Vai cartografando cada ponto, cada emenda, cada fratura, como se elas compusessem a partitura musical da sua vida, tecida neste local.

Está vendo o terminal de cargas da João Dias? É considerado o maior terminal da América Latina, começa naquele canto e percorre, se não me engano, até Francisco Morato, em Caieiras O Jardim Peri fica logo ali, entre esse primeiro morro que é o Cachoeirinha e o lado de cá. Para trás, nessa direção, começa a Brasilândia, que percorre toda a mata, ou seja, a



**Figura 1.** Fotografia tirada da área externa ao Centro Cultural da Juventude (CCJ). Ao fundo é possível enxergar o principal terminal de ônibus do distrito Nova Cachoeirinha, a Avenida Inajar de Souza e os bairros da Brasilândia e Jardim Peri Alto. Arquivo pessoal (2012).

Serra da Cantareira. Moro um pouco para baixo daquela torre à esquerda. Está vendo aquela ponta de lá? Aquela favela toda faz parte do Jardim Peri. Mais para a direita fica o bairro de Santana. Depois vem Tucuruvi, bairro do Limão e Casa Verde. Tudo isso forma os distritos da Brasilândia, Freguesia do ÔeCachoeirinha” (Jorge).

Descrever o território para o jovem funciona como ponto de partida, de referência e ancoragem para dar início a esta “viagem” narrativa. Cada pedaço, no seu tempo, vai revelando as tramas de um longo processo vivido, atravessado por muitas outras histórias – a história do seu bairro, as histórias de violências, as muitas histórias familiares e de amizade, a história do Sarau da Brasa. As linhas curvas que desenham o itinerário é a ponte encontrada por Jorge que liga a sua história à da Brasilândia. Mas, logo de antemão, Jorge já anuncia o que se ouve e se diz do lugar em que se vive.

“Talvez você já tenha ouvido falar muito daqui, mas pelas coisas ruins que acontecem. Violências, assassinatos, crime. Coisas boas não são faladas deste lugar!” (Jorge).

A rápida expansão geográfica, com crescimento urbano das populações do centro para as periferias, levou o Estado a fixar zonas administrativas para dar conta dos problemas enfrentados.

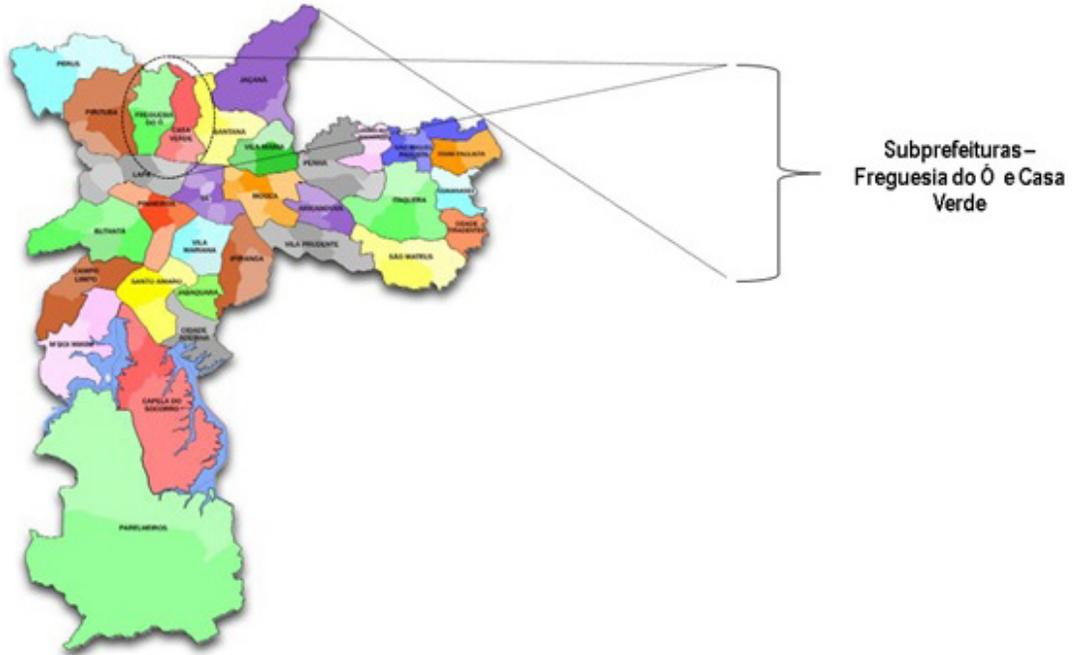
São Paulo também é margeada pelas cidades circunvizinhas, formando o que denominamos de região metropolitana (RMSP). Por ser São Paulo o lugar do trabalho, muitas dessas cidades acabam se transformando em “cidades dormitórios”, de onde as pessoas se deslocam para o epicentro, retornando somente no final do dia.

A cidade de São Paulo é composta por 96 distritos, distribuída entre as zonas norte ou nordeste, noroeste, leste, sudeste, sul, sudoeste, oeste e centro. São trinta e uma subprefeituras, divididas pelos distritos da cidade. Juntas, as zonas norte e noroeste são responsáveis por quase dois milhões e cem mil habitantes. Os distritos da Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha constituem dois dos 96 distritos existentes, localizados na zona norte e nordeste da cidade.

O distrito da Brasilândia situa-se na zona noroeste, com área de 21 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica deste território é de 126,15 hab/km<sup>2</sup>. Faz divisa com os distritos de Cachoeirinha, Freguesia do Ô, Jaraguá e Pirituba, ainda, com o município de Caieiras. O distrito constitui-se em área de preservação ambiental, pois está coberto pelo Parque Estadual da Cantareira. O bairro da Brasilândia compõe um dos bairros deste distrito. Estima-se que a população local seja de aproximadamente 264.918 habitantes<sup>2</sup>. O tipo de moradia predominante é favela (alvenaria) e Conjunto Habitacional (COHAB). Jorge narra como a Brasilândia se formou e se configurou, hoje, notadamente como um importante distrito da cidade de São Paulo.

“Quando meu pai veio morar na Brasilândia, ainda estava sendo loteada, pois aqui era uma antiga fazenda, quer dizer, muitas fazendas compunham esta área. Seu dono era um senhor chamado seu Brasília. Por isso o nome, Brasilândia. Foi ele quem começou a lotear e vender esta área. (...) Se for para a Brasilândia, vai perceber grandes diferenças neste território. Onde moro é exatamente o lugar onde surgiu o bairro, a parte mais antiga, os subdistritos funcionam ali. Mas há o entorno, os bairros mais novos como o Damasceno, o Vista Alegre, que é onde as pessoas dizem ser o fundão da Brasilândia” (Jorge).

Antes o território era assim, com seus morros e casebres, vegetação e paisagem:

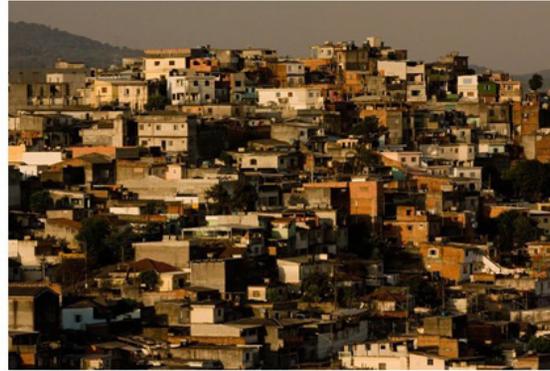


**Figura 2.** Mapa do município de São Paulo e subprefeituras: Freguesia do Ó (Distritos Freguesia do Ó e Brasilândia) e Casa Verde (Distritos Cachoeirinha, Casa Verde e Limão) na zona norte e noroeste da cidade.



**Figura 3.** Fotografia retirada do site da Associação Cantareira. Vista da Vila Brasilândia, na década de 1950 (2004).

E hoje, a cidade ficou assim, entre morros e vielas:



Distrito da Brasilândia – principais bairros: **Brasilândia**, Jardim Guarani, Vila Penteado, Jardim Paulistano e Jardim Maria Elisa II, Jardim Damasceno.

**Figura 4.** Mapa do distrito da Brasilândia e fotografia do bairro da Brasilândia (2000).

Se São Paulo já foi considerada o epicentro do otimismo desenvolvimentista e econômico do país, por outro, a pobreza alimentada pela desigualdade social tem sido reproduzida nesta dinâmica neoliberal, refletidas nos índices de desemprego, das violências e da fragmentação do território urbano. Jorge aponta como a classe trabalhadora tem ficado à mercê da garantia de direitos tendo em vista os parques investimentos que são feitos nestes territórios vulneráveis. A exemplo desta chegada do Estado nas comunidades e favelas do Rio de Janeiro, tivemos recentemente a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) que acirraram ainda mais o controle social das pessoas em detrimento de um discurso universalizante de segurança pública nestes territórios marginais. Frente às carências materiais e simbólicas em que a vida de setores da população é tecida na periferia, Jorge se interroga: a quem serve o Estado?

“O Estado nunca fez nada aqui. Faz tempo que não acredito mais que o Estado nos representa, também não acho que o Estado está para nos representar. Vamos ficar fazendo o quê? Enquanto isso, o pau tá comendo por aqui!” (Jorge).

Para Caldeira<sup>8</sup>, as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Tais regras podem variar cultural e historicamente, revelando os princípios que regem a vida pública e, ainda, indicam como os grupos sociais se inter-relacionam com o espaço urbano.

A autora aponta três padrões de segregação social e espacial notáveis que surgiram ao longo do século XX em São Paulo. O primeiro, compreendido entre o final do século XIX e os idos dos anos 1940, configurou-se a partir da concentração da população em pequenas áreas, onde a segregação se deu pelo tipo de moradia, os famosos

cortiços, emblemáticos na região central da cidade. A segunda forma urbana, nomeada por ela como centro-periferia, estendeu-se por todos os anos 40 até meados da década de 80. Nela, os diferentes grupos sociais foram separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentraram-se em bairros centrais com boa infraestrutura e os pobres foram empurrados para os extremos, a periferia, com precárias ou inexistentes condições de sobrevivência. O terceiro padrão ocorre principalmente a partir da década de 1990 e se sobrepõe ao anterior. Nele os diferentes grupos sociais estão cada vez mais próximos, porém separados por muros e tecnologias de segurança, tendendo a não circular ou interagir em áreas comuns. Nomeando-os de *enclaves fortificados*<sup>8</sup>, estes se constituem como o principal instrumento do novo padrão de segregação espacial. São espaços fechados, monitorados, onde a vida acontece no interior dos muros, justificada pelo medo da violência e do crime violento.

Frúgoli<sup>9</sup>, em meio a uma reflexão sociológica sobre as ocupações do território paulistano, aponta como as intervenções urbanas, em fins do século XX, articuladas pelos interesses empresariais, provocaram a expansão e dispersão desta centralidade para outros bairros, acirrando os conflitos inter-relacionais.

Para o autor, a modernização urbana está ancorada, historicamente, em seus primórdios, na Paris da segunda metade do século XIX, cuja industrialização foi acompanhada pelo aumento populacional, alimentado pelo enorme fluxo de camponeses desenraizados que passaram a compor a multidão urbana, numa cidade que sofreu intervenções em grande escala. As novas constituições do tecido urbano foram rasgadas por outras arquiteturas urbanas, respondendo às novas ordens capitalistas industriais, pondo abaixo os bairros populares dominados pelas assim chamadas “classes perigosas”.

Jorge revela como a Brasilândia se configurou em um território marcado pelos processos de vulnerabilização e de segregação espacial:

“(...) a história que todos contam é a seguinte: boa parte da população que residia na Barra Funda, no Largo da Batata, , Largo da Banana principalmente a negrada, povo pobre, começou a ser empurrada para a periferia. Aqui tinha um esquema de loteamento que o seu Brasília fazia. O lema era quem podia pagar a conta, pegava seu lote, quem não podia pagar, ocupava. E foi nesse contexto que meu pai veio para cá, ocupando, não pagando. (...) Até o ano

de 2000, o Censo sinalizava a Brasilândia como um dos bairros com maior número de população oficial que se declarava negra. Tem a ver com esse fato de as pessoas se deslocarem do centro da cidade para as periferias. A Brasilândia só foi crescendo” (Jorge).

Esta tem sido a história da composição dos espaços físicos das metrópoles brasileiras, que, em grande medida, “empurraram” para as regiões periféricas das cidades os conglomerados de trabalhadores, a classe operária que residia nas regiões centrais, indo em direção às extremidades da cidade. Nestes, os bolsões de miséria foram se configurando no que hoje denominamos como favelas ou comunidades. A representação historicamente paradigmática deste espaço físico, que também é simbólico, heterogêneo, é o das *ausências* - como afirma Silva<sup>10</sup>. Entretanto, entre pesquisadores que estudam as favelas, há um consenso de que esse espaço, para além das fronteiras geográficas que a cercam, se constitui em um lugar diverso, denso, de muitos acontecimentos e também de outras relações que se tecem territorialmente.

Jorge, ao narrar sobre seu território, explica como o bairro se constituiu às custas dos processos de exclusão e marginalização da classe trabalhadora, fragmentando ainda mais o tecido urbano.

O loteamento da Brasilândia ocorreu em 1947, originando-se de um antigo sítio pertencente à família de Brasília Simões. Este, posteriormente, vendeu para a Empresa Brasilândia de Terrenos e Construções que explorou até pouco tempo atrás a venda dos lotes. Os primeiros moradores do loteamento vieram principalmente das moradias populares e cortiços existentes no centro e que foram demolidos para dar lugar às avenidas São João, Duque de Caxias, Ipiranga, durante gestão do prefeito Prestes Maia. Começava, assim, a história de um bairro marcado pela exclusão e abandono<sup>11</sup>.

A esse processo narrado por Jorge, Wacquant<sup>12</sup> denominou de *guetoização*, tomando o gueto como um dispositivo de *enclausuramento e controle etnoracial*. No Brasil, a similaridade conceitual se dá através das noções de favela<sup>10</sup>, comunidade ou quebrada<sup>13</sup>, referindo-se ao espaço que é geográfico, mas também afetivo, social, cultural, político e de pertencimento, constituem-se no modo como as pessoas, que lá transitam, produzem-se como sujeitos.

Embora haja distinções referentes à formação da periferia brasileira e aos guetos norte-america-

nos, há aspectos que os aproximam quando são estudados. O *estigma*, a *coerção*, o *confinamento espacial* e o *encapsulamento institucional* são os elementos apontados por Wacqüant<sup>12</sup> para analisar esse espaço etnoracial. Também uma forma espacial de “violência coletiva concretizada no e pelo espaço urbano”<sup>13</sup>.

“Lembro-me de, quando éramos moleques, na fase de procurar serviço, procurar trabalho, procurar alguma coisa para ganhar dinheiro, tínhamos que falar que éramos da Freguesia do Ó. Se disséssemos que éramos da Brasilândia, não conseguia trabalho. Porque a fama de quem mora na Brasa é de que é bandido! E isso dava uma vantagem em relação aos caras que falavam que eram da Brasilândia. É claro que quando puxavam o CEP, logo constataavam que não éramos da Freguesia do Ó.. Coisa boba de você comprar um armário e os caras não entregarem porque o endereço era na Brasilândia” (Jorge).

A criminalização a que muitos jovens estão expostos impõe limites também no momento da procura por emprego, sinalizada por Jorge como uma dificuldade diária a ser enfrentada. O local de moradia diz, de antemão, quem é o sujeito e o penaliza diante das condições de pobreza regulando quem deve ou não entrar para o mercado de trabalho formal.

Os estudos urbanos, de caráter sociológico ou antropológico sobre a cidade de São Paulo, durante um longo período, focalizaram os processos sociais gerados na periferia, o que determinou a periferização do espaço urbano. Um conjunto de pesquisas privilegiou esse contexto urbano, tratando a cidade como uma variável das relações de produção capitalistas<sup>9</sup>.

A periferia – e notadamente seus movimentos sociais pelos equipamentos urbanos inexistentes – seria o *lócus* por excelência da pobreza e exclusão urbanas, onde as contradições sociais, advindas do modelo de expansão da cidade, estariam mais visíveis e aguçadas<sup>8</sup>.

O deslocamento da classe popular se dá na medida em que outros investimentos econômicos, como a expansão do mercado imobiliário, acentuam-se na metrópole. Um falso discurso e representação social deste território são disseminados, ocultando assim, os processos de vulnerabilização e adiando, cada vez mais, os investimentos.

Fábio, outro jovem entrevistado, ao analisar o contexto da zona norte, aponta que:

“Essa região é louca. Tem um discurso que a zona norte é rica, não tem favela. É que a galera não anda por ela. Aqui tem pessoas que sofrem muito. Pessoas humildes, o povo migrante, os caipiras, que vieram para cá sofreram muito. Porque essa é uma forma também de tornar invisíveis as questões do mesmo povo numa determinada região e aí você favorece outras políticas habitacionais que não tem a ver com a reforma urbana” (Fábio).

Articular as análises sobre os guetos afro-norte-americanos com as periferias brasileiras nos permite distinguir as relações que se estabelecem entre aglomeração étnica, pobreza urbana e segregação. Também possibilita assinalar o papel do gueto ou da periferia como incubador simbólico e fonte de produção de uma identidade cristalizada ou de produção de uma determinada subjetividade<sup>14</sup>.

O gueto, como produto e instrumento de um poder de grupo, cumpre duas facetas, na medida em que desempenha funções opostas para dois coletivos distintos, estabelecendo uma relação assimétrica de dependência entre eles.

Para o grupo dominante, a razão da existência deste dispositivo é a de confinar e controlar, exercendo o que Max Weber<sup>12</sup> denominou de ‘cercaimento excludente’ dos dominados. Para estes, o gueto passa a ser um dispositivo de integração e de proteção, livrando seus membros do contato com os dominadores, estimulando, ainda, a colaboração e a construção comunitária dentro dessa esfera restrita de relações criadas por eles<sup>12</sup>. Para este autor, “o isolamento imposto em relação ao exterior leva à intensificação do intercâmbio social e da partilha cultural no interior”<sup>12</sup>.

Concomitantemente a esta ideia de fechamento ao externo e abertura interna, Frúgoli<sup>9</sup> também assinala dois processos sociais que subvertem a lógica constitutiva da metrópole de São Paulo, pelo uso que faz do território e dos efeitos que provoca. Por um lado, o proletariado, migrante que aqui se encontra e se desloca para o centro urbano em busca de emprego, contribui, com sua mão de obra para o crescimento econômico da cidade; por outro lado, fica impedido de habitar adequadamente, sendo expulso para a periferia.

(...) “sabia que no gueto as coisas acontecem deste jeito, neste formato. É o espaço da possibilidade, como é o espaço da ocupação, da arquitetura espontânea, espaço também onde as relações vão simulando novas frentes culturais (...) os espaços periféricos



são os espaços possíveis para nós. Quando vou para o Peri, é a região que vejo essa possibilidade toda. O resto a gente sabe como funciona” (Fábio).

O gueto, para o jovem, também expressa o espaço da possibilidade, da criação de estratégias de sobrevivência. Eles tomam estes espaços como verdadeiros territórios de encontros, de convivência, de sociabilidade, de reprodução e reapropriação da cultura de origem, marcados desde a infância, significando e se reconhecendo como territórios da própria existência:

“Outra coisa que sempre marcou a minha memória desde a infância foi um centro de candomblé, até hoje funcionando numa casa lá no Peri. Eu ficava fascinado com ele. Era o trajeto da minha família nos finais de semana para ir pescar em Mairiporã” (Fábio).

“Aqui tinha um lugar chamado Catimbó, que era a casa do núcleo, onde hoje funciona a escola de samba Rosas de Ouro. Esta escola de samba nasceu aqui na Brasilândia. Por ser um lugar onde a negrada fazia batucada, cantavam samba. (...) Meu pai foi me levando para esses lugares, minha mãe para outros e fui crescendo, gostando de estar aqui, me reconhecendo e sendo reconhecido neste lugar (...) Eu gosto deste lugar aqui em São Paulo, tem bons terreiros de firmamento, terreiros de macumba. Isso faz eu gostar cada vez mais daqui” (Jorge).

Pastorelo<sup>15</sup> relata que “a partir da década de 1970, em plena ditadura militar, começam a proliferar distintos movimentos de reivindicações na região”. Oriundos da Igreja, da Frente Nacional do Trabalho, do movimento estudantil, estes grupos envolviam professores, militantes políticos, líderes de movimentos, padres, religiosas e agentes de pastorais que iniciam uma luta de resistência e enfrentamento aos grupos de direita que comandavam a região. Momento oportuno para o desencadeamento de todo o processo de formação política da Brasilândia.

As políticas habitacionais sempre se configuraram como uma questão a ser resolvida. Caldeira<sup>8</sup> assinala que o padrão de urbanização das grandes metrópoles sempre esteve atrelado ao sistema de transporte público baseado em ônibus. Portanto, a ocupação dos territórios marginais e sua expansão somente se deram a partir da abertura de novas avenidas para a passagem do transporte coletivo que possibilitava a circulação da população do

centro para a periferia. A especulação imobiliária irregular, aleatória e ilegal contribuiu para criar um tipo peculiar de ocupação do território, nos quais lotes localizados no “meio do mato” foram vendidos e habitados pelos pobres.

A região acabou sendo ocupada gradativamente pelos migrantes nordestinos e mineiros que rumavam para São Paulo em busca de novas oportunidades de emprego e trabalho. Parcos investimentos habitacionais foram feitos nessas regiões, geralmente na forma de mutirões e conjuntos habitacionais, ficando a mando da iniciativa privada todo o processo de urbanização e exploração imobiliária.

Jorge traz à memória os deslocamentos familiares entre a zona norte e a zona leste, ocorridos durante o governo da prefeita Erundina, lá pelos anos 1980. Como seus pais estavam ligados ao movimento sindical, foram contemplados com “moradia própria” no extremo leste da cidade. Mas as dificuldades tornaram-se ainda mais graves, pois, embora tivessem adquirido o sonho da casa própria, faltavam as condições mínimas para habitar o lugar, como saneamento básico, água potável, transporte coletivo, energia elétrica, telefone público, escolas, hospitais. Essa infraestrutura, por meio do oferecimento de serviços públicos, somente foi instalada durante o período democrático e sob pressão política dos movimentos de moradores da periferia.

“Nessa época, era o governo da Erundina que administrava a cidade de São Paulo. Existiam os famosos mutirões e minha mãe acabou sendo sorteada com uma casa, quer dizer, com um terreno na zona leste da cidade, lá em Guaianazes. Saímos da casa daquela senhora, na Brasilândia, e partimos para o mutirão. Recebíamos o material de construção do próprio pessoal que estava construindo as casas (...). A situação em Guaianazes estava bastante difícil. O mutirão ainda estava em construção. Portanto, não tinha nada, nem asfalto nem saneamento básico. Lembro que durante um bom tempo, não sei exatamente quanto, não tinha água nem esgoto. Existia apenas uma torneira a alguns quarteirões, era uma torneira coletiva que a rapaziada buscava água. Ficamos morando neste lugar por algum tempo, eu estava com três para quatro anos (...). Quando comparava aquele lugar (Guaianazes) com a Brasa, ficava doído. A condição era bastante diferente. Lá morávamos em apenas dois cômodos. Aqui na Brasa tinha pelo menos um quarto a mais” (Jorge).

Tais dificuldades, associadas à separação dos pais, fizeram com que Jorge retornasse com a irmã para a Brasilândia. Pois, embora vivesse condições semelhantes àquela de Guaianazes, na Brasa contava com uma rede comunitária mais sólida, capaz de enfrentar os obstáculos da vida cotidiana.

Caldeira<sup>8</sup> revela, ainda, que os moradores da periferia sempre foram negligenciados pelo fato de que nunca puderam contar com qualquer tipo de financiamento para construir suas próprias casas. Pois os poucos programas voltados para a população pobre ou tinham exigências que não podiam

cumprir ou foram rapidamente redirecionados para a classe média, como o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Desta forma, os trabalhadores que ali residiam acabavam construindo suas próprias casas através da autoconstrução, um processo que se dava a longo prazo. Primeiro, os moradores compravam o lote, depois construíam um cômodo, em seguida outro e mais outro. Comum encontrarmos nas periferias as casas semiconstruídas, pois os sobrados se expandem à medida que a necessidade surge.



**Figura 5:** Fotografia dos fundos da moradia de um dos jovens colaboradores da pesquisa, no Jardim Antártica. Podemos perceber nesta imagem os barracos ainda em madeira e outros em alvenaria, típicas construções na periferia. Arquivo pessoal (2012).

Mas, não é só da pobreza e das vulnerabilizações que as pessoas, que vivem nas favelas, se alimentam cotidianamente. O percurso etnográfico pelos becos e vielas da zona norte permitiram des-

cobrir, na perspectiva dos jovens, outros modos de produção de subjetividade – aquela que se dá pelos circuitos culturais e forjam um território-vivo.

### *Circuitos culturais juvenis: um território-vivo*

A cultura, como manifestação estético-artístico-cultural, tem sido uma forma usualmente utilizada por coletivos culturais “marginais” ligados aos movimentos sociais de periferia. Forjam outros modos de lidar com as dificuldades cotidianas no território e servem como ferramentas de enunciação do não dito, do indizível, do invisível. Ao ser questionado sobre o que é um sarau num bar de quebrada, Jorge nos explica:

“[...] é um espaço em que você bota o microfone lá, liga e organiza quem vai falar, quem vai fazer o quê. Quem chega pela primeira vez, nós do coletivo fazemos questão de ir lá trocar uma ideia, conhecer a pessoa. Nosso barato é esse, não ganhamos grana. Quem ganha grana é o dono do bar. Um bar de quebrada, em dias normais, não vende tanta cerveja como num dia de sarau” (Jorge).

O Sarau Brasa existe desde 2008. Ele participa do movimento de “Literatura Periférica”, movimento social e cultural que surgiu na década de 2000 com o objetivo de trazer a cultura mais próxima da população das favelas. Hoje existem muitos Saraus que ocorrem por várias regiões e territórios da cidade de São Paulo. Eles permitem que os jovens circulem pela cidade, estabeleçam novas conexões, ampliem as discussões sobre a vivência juvenil na periferia e expressem as vulnerabilizações e violências vividas nesse território. Uma forma inventiva de resistência juvenil. Os tambores e a oralidade são recursos utilizados para chamar o público a participar do sarau, resgatando as tradições milenares dos povos ancestrais.

Inicialmente, dada a dificuldades das pessoas compreenderem como o sarau funcionava, o grupo do Sarau da Brasa inventa e cria a literatura andante, que nada mais foi que percorrer os becos e vielas do bar onde o evento aconteceria, batendo tambores, cantando e dançando as tradições africanas, como se fosse um cortejo.

Inicialmente, esta cena, vista pelos moradores, era interpretada como algo ligado a alguma entidade religiosa. Aos poucos, as pessoas foram chegando e participando do cortejo, entrando na roda e participando do Sarau. O bar de “quebrada” passa a ser também um ponto de cultura, um lugar de encontro das pessoas daquela localidade dispostas a cantar, a recitar a sua poesia, a expressar as mazelas e a se solidarizar com as alegrias.

Hoje, mais do que ontem, as culturas ditas marginais têm sido absorvidas não apenas pela comunidade local, mas se transnacionalizando, rompendo as fronteiras nacionais, quando os estigmas passam a dar lugar à construção de novos espaços de reconhecimento e pertencimento à cultura urbana juvenil.

“(…) se, antes, a ‘periferia’ era visível apenas como o lugar da infâmia (violências diversas, crimes, tráfico de drogas…), ela passou a expor também um cenário em que se disseminam inventividades artístico-literário-cultural-esportiva com produções que chegam a escoar para fora dela. Dir-se-ia que se trata de uma expressão de múltiplas singularidades em conexão, realizando movimentos em proliferação que efetivam ultrapassagens de fronteiras. A *mise-en-scène* de uma arte popular parece produzir desdobramentos peculiares na subjetividade de seus habitantes, os quais passam a ter outras posturas diante das infindáveis dificuldades e dilemas produzidos pela insistente condição de pobreza e miséria”<sup>16</sup>.

Os espaços “atípicos” em que as atividades culturais periféricas acontecem denunciam, igualmente, a ausência de políticas públicas culturais nos territórios das favelas e comunidades. Entretanto, esses passam a não ser impedimentos para que tais empreitadas ocorram. O bar de “quebrada” para o coletivo do Sarau da Brasa constitui-se em um ponto de encontro e de cultura, onde as sociabilidades são constantemente produzidas, há troca de saberes onde não se impõem ideias, mas se constroem, se produzem e se reproduzem à medida que experimentam outras formas de ser e de se fazer o mundo. Jorge e outros jovens do Sarau da Brasa, ao afirmarem a literatura marginal como modo de vida que se encarna na periferia, forjam uma forma de resistência coletiva frente às desigualdades e aos estigmas.

Tal qual o sarau, o Cinescadão constitui-se como uma empreitada coletiva juvenil de promoção de eventos culturais em audiovisual popular, promovidos pela Associação Fábrica de Gênios. Esta associação é fruto da reunião de outros coletivos culturais, a Fabicine (A Fantástica Fábrica de Cinema), os grupos de hip hop Ca.Ge.Be. (Cada Gênio do Beco) e o Esbomgaroto que produzem um circuito cultural de afirmação identitária por meio da produção de audiovisual popular. A principal missão da Associação é promover e contribuir para formação da cultura de crianças, adolescentes,

jovens e adultos, na direção de garantir políticas públicas intersetoriais e romper com o ciclo da violência.

A Fabricine inicia sua empreitada pelo Jardim Peri, na zona norte, a partir de 2005. Desde então, tudo se movia em torno de ações estético-políticas de produção de vídeos populares. Tais ações, viabilizadas pelos jovens, se dava de forma voluntária, sem qualquer recurso financeiro que auxiliasse na produção audiovisual. A partir de 2006, a Associação se inscreve em editais públicos de cultura (VAI – Programa de Valorização de Iniciativas Culturais de São Paulo) e dão o pontapé inaugural do cineclubes Sapocine. Com recurso financeiro apoiado pela secretaria municipal de cultura, foi possível adquirir equipamentos necessários para as experiências práticas e de produção audiovisual.

“[...] E ali a gente começou a criar uma relação mediada pelo audiovisual. Porque diferente de outros registros, o audiovisual traz uma outra linguagem, mesmo que a pessoa se posicione, elabore, com toda uma concentração, com suas escolhas, uma vez dito, registrado, você tem outra forma de documentação” (Fábio).

Embora as intervenções estéticas ocorram nos territórios do Jardim Peri, Jardim Peri Alto, Jardim Peri Novo e Jardim Antártica, elas não se restringem ao público local apenas e não impedem a mobilidade urbana dos jovens que ali se encontram para cruzarem outras fronteiras urbanas.

A Associação, além de produzir oficinas para crianças e jovens utilizando recursos do audiovisual, tem empreendido intervenções urbanas e culturais nos segmentos da música, das artes plásticas de rua, da fotografia, da produção, fruição, difusão e exibição audiovisual popular, além de produzir eventos e manifestações culturais, boletins e informes das atividades ocorridas em diversas localidades dos distritos da Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha.

“Nestas conversas aqui na quebrada, pensávamos em estratégias de se criar uma conexão audiovisual na cidade a partir das realizações e das ações culturais em torno do cinema e vídeo que estes grupos desencadeavam, porque eram grandes zonas de informação para o audiovisual que estavam se formando. O que fizemos foi pensar e montar núcleos de audiovisual na cidade e tentar integrar o circuito de exibição. E por aí tudo começou. Aqui na zona norte, na Brasilândia, a Vanice foi uma das pessoas que

começou a fazer este rolê audiovisual, com pessoal do ‘Arroz, Feijão, Cinema e Vídeo’. Dentro destas nossas experiências, conseguimos fazer com que o pessoal voltasse a estudar e, ao invés de realizadores de audiovisual, hoje são professores” (Fábio).

O Sarau da Brasa e o Cinescadão, assim como tantos outros coletivos periféricos que se agenciam por meio da arte e da cultura, são dispositivos que incidem nas lógicas de saber-poder vigentes produzindo uma reversão dos assujeitamentos, vulnerabilidades e violências que percorrem cotidianamente a vida desses jovens. Como sinaliza Freire Filho, “a vida cotidiana conceituada não somente como um espaço de sujeição e alienação, mas como uma plataforma de fomento e expressão de micropolíticas de resistências”<sup>17</sup>.

Como diz Nascimento e Coimbra<sup>18</sup>, a juventude tem se organizado e afirmado novas formas de funcionar: produzem micro-organizações coletivas e redes de solidariedade que escapam ao assistencialismo tão em voga no mundo contemporâneo; forjam mudanças micropolíticas nos atores e nos cenários onde atuam, resistindo aos padrões e comportamentos homogeneizadores, como uma forma de (re)existir, produzindo novas subjetividades, novos territórios, outra produção de vida.

Neste cenário de transformações socioculturais mais amplas, novos lugares são construídos para o jovem que se articula em torno da cultura. Vimos como as experiências, tanto da literatura marginal, expressa por meio do Sarau da Brasa, quanto o do movimento hip hop e do audiovisual popular empreitado pelo Cinescadão, produzem invenções potentes no território vivo da periferia, acionando processos de subjetivação e novos lugares sociais. Nesta territorialização, o estigma de jovem, negro e pobre dá lugar ao *emblema*<sup>19</sup>, ao orgulho de ser da periferia. Tal territorialização é inscrita na pele de Jorge, como se seu corpo comportasse a extensão do próprio espaço geográfico. “Brasa” foi tatuada na região posterior do braço direito como uma marca que o evidencia e o reconhece como sujeito deste lugar. O Sarau como política narrativa coletiva produz outra inscrição do bairro para além da estereotipia.

Outras tantas, não tanto visíveis, porém, enunciáveis, escrevem a sua própria história e a de seu bairro. Diz ele:

“A ideia de tatuar o nome do meu bairro no meu braço esquerdo foi por conta do grupo de literatura.

Isso faz a gente colar no Sarau da Brasa. É também uma homenagem ao meu bairro. Quando dizia que era da Brasilândia, vinha várias coisas na cabeça do sujeito, desde que você era ladrão até que você era bom malandro. Rola essa identificação de comentarem da Brasilândia” (Jorge).

## Considerações finais

Arce<sup>20</sup>, ao se debruçar sobre as diversas manifestações juvenis da contemporaneidade na América Latina, ressalta que as décadas de 1970 e 1980 colocaram em evidência os jovens das favelas, das zonas e bairros populares. Estes, tomados pelos movimentos afrodescendentes, por exemplo, como forma de recriação e resistência cultural, construíram novos umbrais de adscrição de identidade, novas referências para o jovem da periferia. Mas a irrupção dessas expressões apresentou-se num clima social definido pelo aumento mundial da violência, o que levou a estigmatizações recorrentes sobre os movimentos juvenis, principalmente contra aqueles protagonizados pelo segmento da classe popular.

No Brasil, a periferização cultural é marcada pelos movimentos funk e hip hop, que emergem da cultura popular urbana em meados da década de 1970<sup>20-21-22-23-24</sup>. Ditando um novo estilo de vida juvenil nas comunidades pobres principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, esta nova “marca” coletiva coloca em evidência a figura do menino pobre da favela e toda a dimensão política destes movimentos que contestam, por meio da música, do grafite, da dança, as contradições da sociedade que pouco oferta espaços e possibilidades para esses jovens usualmente segregados, inferiorizados ou silenciados pelo sistema hegemônico<sup>21</sup>.

A periferia, para os jovens que nela residem, não tem apenas uma conotação geográfica, mas se refere a um território de existência, em que identidades são construídas e reconstruídas cotidianamente, onde há uma contínua e acelerada produção de subjetividades. Seus efeitos aparecem nos estilos de vida, na estética<sup>24</sup> e nos vínculos sociais e laços afetivos. Eles expressam, por meio da música, da poesia, da dança, do desenho, a vida e as violências presentes local e globalmente e forjam outros espaços públicos. São modos de resistência/existência; estratégias de luta que inventam também um agir estético-político.

No entanto, é importante sinalizar que somente a cultura não dará conta dos processos macropolíticos e estruturais pelas quais os processos de vulnerabilização são produzidos. Seguimos Dayrell<sup>24</sup>, entendendo que mudanças significativas na vida desses jovens supõem redes de sustentação mais ampla, com políticas públicas garantidoras de espaços-tempo e de produção de subjetividades múltiplas para que o jovem possa se colocar de fato como sujeito e cidadão, com direitos plenos de viver a juventude. E, de outro lado, é importante seguir avaliando desde diferentes perspectivas os sentidos desta *territorialização*.

Rizek<sup>25</sup> se interroga se não está em curso um modelo homogeneizador de gestão sociocultural da pobreza, na medida em que as expressões culturais passam a configurar um novo modo de pensá-la e geri-la em seus territórios, na perspectiva da inserção, inclusão, “autoestima”, antidoto e afastamento da violência e das drogas. Seria importante indagar se as estratégias e políticas denominadas como “de juventude” não enredam públicos-alvo e agentes, trabalho associado e trabalho artístico como sujeitos e objetos de um mesmo processo de captura, de elisão e da deslegitimação do conflito.

## Referências bibliográficas

1. Santos, M. Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos. 2ª. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2000.
2. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE; 2010 [Acessado em 03 de Fevereiro de 2014] Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
3. Evolução do Índice de Vulnerabilidade Juvenil 2000-2005. São Paulo: SEHAB/SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados [Acessado em 12.04.2012] Disponível em [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)
4. Takeiti, BA. Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos de existência no contemporâneo [Tese de Doutorado]. São Paulo (SP): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social; 2014.
5. Takeiti, BA, Vicentim, MCG. Jovens (en)cena: arte, cultura e território. Cad de Ter. Ocup. UFSCar. 2015; 24(1): 25-37.
6. Holanda, F. Construção de narrativas em História Oral – em busca de narradores plenos. Rev Oralidades, USP. 2009; 23(17): 15-32.
7. Meihy, JCSB, Holanda, F. História oral – como fazer, como pensar. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
8. Caldeira, TPR. Enclaves Fortificados: a Nova Segregação Urbana. Estudos Cebrap, São Paulo; 1997; 47: 155-76.



9. Frúgoli JR., H. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. *Rev Sociologia e Política, Curitiba*; 2001; (16): 51-66.
10. Silva, J. de S. Favelas: as formas de ver definem as formas de intervir. *Ver Econômica, Niterói*; 2011; (13): 47-57.
11. Santiago, DS. Histórias dos bairros de São Paulo – Vila Brasilândia. São Paulo: Produções, DVD, 2013.
12. Wacquant, L. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2008.
13. Malvasi, PA. O domínio do mental e a vida loka: uma análise do dispositivo das drogas nas periferias de São Paulo. *Contemporânea, Rev Social UFSCar, São Carlos*; 2013; 3(2): 311-33.
14. Foucault, M. Ditos e Escritos, IV - Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2004.
15. Pastorelo, P. História dos bairros de São Paulo/SP – Vila Nova Cachoeirinha. São Paulo: Primo Produções; 2011.
16. Takeuti, N. Refazendo a margem pela arte e política. *Rev Nômade, Universidade Central, Colômbia*; 2010; 32: 13-25.
17. Freire Filho, J, Lemos, JF. Imperativos de conduta juvenil no século XXI: a “Geração Digital” na mídia impressa brasileira. *Rev Com, Mídia e Consumo. São Paulo*; 2008; 5(13): 11-25.
18. Nascimento, ML do, Coimbra, CMB. Juventude normatizada, moralizada e violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos. In: Bocayuva, H., Nunes, SA (org.) *Juventudes, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p.41-9.
19. Reguillo, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. *Rev Brasileira de Educação. Rio de Janeiro*; 2003; 23: 103-18.
20. Arce, JMV. Vida de barro duro – cultura popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
21. Viana, H. Criminalização do funk. *Rev Raiz. São Paulo*; 2006; (1). [Acessado em 05.01.2012] Disponível em: <http://revistaraiz.uol.com.br/portal>
22. Silva, RL, Silva, RN. Paradigma preventivo e lógica identitária nas abordagens sobre o Hip Hop. *Rev Psicologia, Fractal. Rio de Janeiro*; 2008; 20(1): 135-48.
23. Facina, A. “Eu só quero é ser feliz”: quem é a juventude funkeira no Rio de Janeiro. *Rev EPOS, Rio de Janeiro*; 2010; 1(2):1-13.
24. Dayrell, J. O jovem como sujeito social. *Rev Bras de Educação. Rio de Janeiro*, 2003; 24: 40-52.
25. Rizek, C. S. Políticas Sociais e Políticas de Cultura: territórios e privatizações cruzadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. 2013; 15(2): 199-9.